

# AVALIAÇÃO DO EFEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À DENDEICULTURA POR MORADORES DE VILAS RURAIS NO NORDESTE PARAENSE

Laiane Bezerra Ribeiro<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6832-1586>

Dalva Maria da Mota<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-0027-5162>

Lincoln Carneiro<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-7680-2291>

## RESUMO

O objetivo do artigo é analisar as expectativas de residentes de vilas rurais quanto à dendeicultura no nordeste paraense, Amazônia brasileira, particularmente, sobre a noção de inclusão social veiculada por políticas públicas federais que visam a produção de agrocombustíveis. A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento do tipo *survey* com atores-chave em 346 vilas, em cujos arredores cultiva-se dendê, entre 2015 e 2022. Uma tipologia foi considerada segundo a relação de moradores das vilas com a dendeicultura, com quatro tipos, quais sejam: (i) vilas com assalariados na dendeicultura; (ii) vilas com agricultores integrados à dendeicultura; (iii) vilas com agricultores integrados e assalariados; e (iv) vilas cujos moradores não têm relação direta com a dendeicultura. Considerando os tipos, levantamos e caracterizamos as vantagens e desvantagens que os moradores atribuem à dendeicultura, e qualificamos também as percepções quanto a infraestruturas disponíveis. Os principais resultados mostram semelhanças e diferenças nas suas percepções independentemente das relações com a atividade. Para eles, a dendeicultura apresenta vantagens em relação à geração de emprego e renda e à melhoria de infraestruturas. As principais desvantagens são os problemas ambientais decorrentes da atividade, a perda de terras com a expansão de monocultivos, os riscos relativos à disponibilidade de alimentos e os desencontros entre as promessas e a realidade.

Palavras-chave: Emprego. Infraestrutura. Problemas ambientais.

## EVALUATION OF THE EFFECT OF PUBLIC POLICIES AIMED AT OIL PALM FARMING BY RESIDENTS OF RURAL VILLAGES IN THE NORTHEAST OF PARÁ

### ABSTRACT

The objective of the article is to analyze the expectations of residents of rural villages regarding oil palm farming in northeast Pará, Brazilian Amazon, particularly regarding the notion of social inclusion conveyed by federal public policies aimed at the production of agrofuels. The research was carried out utilizing a survey of key social actors in 346 villages between 2015 and 2022. A typology was elaborated according to the relation of the inhabitants of the villages with the dendeiculture, and four types were grouped: (i) villas with salaried ones dedicated to the dendeiculture, (ii) villas with integrated farmers; (iii) villages with integrated and salaried farmers; and (iv) villages whose residents are not directly related to the cultivation. Considering the types, we raise and characterize the available infrastructures. The main results show that the greatest expectation is regarding the

<sup>1</sup>Doutora em Agriculturas familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará. E-mail: [laianebr@yahoo.com.br](mailto:laianebr@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Pós-doutorado na University of London, Inglaterra. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Oriental (Embrapa Amazônia Oriental). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará (UFPA). [dalva.mota@embrapa.br](mailto:dalva.mota@embrapa.br).

<sup>3</sup>Doutor em Zoologia pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Professor adjunto da Universidade Federal do Pará e docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Zoologia (PPGZOO) convênio Universidade Federal do Pará (UFPA) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). [lscarneiro@ufpa.br](mailto:lscarneiro@ufpa.br).

generation of employment, income, and the improvement of infrastructures. For them, dendeiculture farming has advantages in generating employment and income and improving infrastructure. The main disadvantages are the environmental problems arising from the activity, the loss of land with the expansion of monocultures, the risks related to food availability, and the mismatches between promises and reality.

Keywords: Employment. Infrastructure. Environmental problems.

## EVALUACIÓN DEL EFECTO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRIGIDAS AL CULTIVO DE CENA POR PARTE DE LOS RESIDENTES DE ALDEAS RURALES DEL NORESTE DE PARAENSE

### RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar las expectativas de los habitantes de aldeas rurales respecto del cultivo de palma aceitera en el nordeste de Pará, Amazonía brasileña, particularmente respecto de la noción de inclusión social transmitida por las políticas públicas federales orientadas a la producción de agrocombustibles. La investigación se realizó a través de una encuesta a actores clave en 346 veredas en cuyos alrededores se cultiva palma aceitera entre 2015 y 2022. Se consideró una tipología según la relación entre los pobladores de la vereda y el cultivo de palma aceitera, con cuatro tipos, a saber: (i) aldeas con trabajadores de la palma aceitera; (ii) aldeas con agricultores involucrados en el cultivo de palma aceitera; (iii) aldeas con agricultores integrados y asalariados; y (iv) pueblos cuyos habitantes no tienen relación directa con el cultivo de palma aceitera. Considerando los tipos, investigamos y caracterizamos las ventajas y desventajas que los residentes atribuyen al cultivo de palma aceitera y también calificamos las percepciones sobre la infraestructura disponible. Los principales resultados muestran similitudes y diferencias en sus percepciones independientemente de su relación con la actividad. Para ellos, el cultivo de palma aceitera tiene ventajas en términos de generación de empleo e ingresos y mejora de la infraestructura. Las principales desventajas son los problemas ambientales derivados de la actividad, la pérdida de tierras con la expansión de los monocultivos, los riesgos relacionados con la disponibilidad de alimentos y los desajustes entre las promesas y la realidad.

Palabras clave: Empleo. Infraestructura. Problemas ambientales

### INTRODUÇÃO

A expansão da dendeicultura no estado do Pará é resultante de um conjunto de programas de políticas públicas associadas à promoção da produção de agrocombustíveis no âmbito da diversificação de matérias primas em todo o Brasil, intensificadas no início dos anos 2000. A iniciativa, capitaneada pelo governo federal, contou com um modelo que inovou ao prever a participação de empresas, representantes de movimentos sociais e do Estado. Como tal, atraiu empresas de grande porte interessadas na produção de dendê para a transformação em óleo a ser usado tanto na indústria de alimentos quanto na de fármacos.

No Nordeste Paraense (NEP), cultiva-se dendê há décadas, mas só nos últimos 15 anos a produção foi incentivada por subsídios públicos por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PPSPO) – implementado em 2010 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Corroou o otimismo, com a dendeicultura no Pará, o Protocolo de intenções firmado entre o governo do estado do Pará, por meio de diferentes instituições (Associação dos produtores de óleo de palma, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará e outras instituições bancárias e de prestação de serviços). Estas expressavam o apoio à produção como alternativa para contribuir, dentre outros fins, para a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento rural sustentável, a melhoria de condições ambientais e da qualidade de vida da população, aliados ao incremento da produtividade e competitividade da economia paraense (Pará, 2014).

O Protocolo explicita, dentre os seus objetivos, propósitos de apoio tanto à produção e educação, quanto ao estímulo e melhoria do acesso aos serviços e infraestruturas sem esquecer a segurança alimentar, conforme consta nas alíneas: (a) apoiar a produção, manutenção e comercialização de culturas de subsistência voltadas à segurança alimentar dos habitantes dos municípios e das comunidades dos agricultores no cultivo da palma de óleo; (b) apoiar iniciativas de educação; e (c) estimular a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, através de melhoria na habitação, saúde, segurança pública, lazer, cultura, saneamento básico, estradas e acesso à rede elétrica.

Não obstante ser um protocolo de intenções e, como tal, não implicar em obrigatoriedades, as informações veicularam, rapidamente, na escala local, e expectativas foram geradas. O cerne deste artigo é a problematização destas expectativas, por meio das vantagens e desvantagens indicadas pelos entrevistados em alusão às promessas realizadas pelas empresas e pelo poder público, particularmente, quanto a emprego, renda e infraestruturas.

A relação entre vantagens e desvantagens da dendeicultura segundo as expectativas dos atores locais consta, mesmo que de forma indireta, em diferentes estudos no Pará, pelo foco da problemática da venda de terras (Monteiro, 2017; Silva; Magalhães; Farias, 2016), dos impactos socioambientais (Damiani *et al.*, 2020; Nahum; Santos, 2013), da organização do trabalho com disputa entre agroindústrias e agricultores integrados pela contratação de trabalhadores e, mesmo, pelos impactos da nova legislação trabalhista para assalariados (Mota; Balsadi; Mourão Júnior, 2019; Sampaio, 2014), da competição com o plantio de alimentos (Mota *et al.*, 2015) e da atuação de grupos de interesse (Mota; Schmitz; Mourão Júnior, 2019), dentre outras análises. Tais indicativos não divergem de estudos internacionais, nos quais autores elencam impactos positivos em termos de geração de renda para os produtores de óleo de palma independentes e migrantes empregados, mas destacam os impactos negativos sobre o meio ambiente, como o desmatamento e a poluição dos rios (Norwana *et al.*, 2011).

Mais recentemente, Pacheco *et al.* (2017) chamam a atenção para o caso da dendeicultura na Indonésia, que, paradoxalmente, gera numerosos empregos para os pobres rurais e dinamiza economias locais, mas persiste com regimes altamente inseguros de trabalho em termos de direitos e

bem-estar. No Pará, tem destaque a tensão entre a ameaça e reforço à condição de integrado (Brandão; Schoneveld; Pacheco, 2018; Sousa, 2019), assim como a avaliação de agricultores familiares quanto aos contratos na integração para a produção de dendê (Mota *et al.*, 2019; Mota; Ribeiro; Schmitz, 2019).

Considerando a problemática, o objetivo do artigo é analisar as expectativas de residentes de vilas rurais em cujos arredores cultiva-se dendê no Nordeste Paraense (NEP), na Amazônia brasileira. Assumimos o desafio de tratar o tema considerando que um dos objetivos da ação pública de suporte à expansão da dendeicultura é a inclusão social como sinônimo de emprego e renda (Brasil, 2011; 2013). Consideramos também que, no processo de divulgação da atividade, ocorreram promessas quanto à criação e melhoria de infraestruturas.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada no NEP, área de colonização mais antiga do estado do Pará, sob o ponto de vista das iniciativas do Estado brasileiro, visando a intensificação da integração da região aos mercados. Na última década, a região se notabiliza como produtora de 88% do dendê brasileiro, em 31 municípios.

Para este estudo, foram visitadas 346 vilas dos 21 municípios que lideravam o ranking de maiores produtores de dendê do NEP, no período de 2015 a 2022 (Mapa 1). Como unidade de análise privilegiada, as vilas são consideradas como povoações com infraestruturas, vida religiosa e social. Os moradores se reconhecem como seus habitantes e a denominam segundo nomes de santos, acidentes geográficos ou o quilômetro da rodovia na qual estão localizadas. São também conhecidas como comunidades, lugarejos e povoados.

Mapa 1: Localização das vilas rurais visitadas.



Fonte: pesquisa de campo.

A metodologia constou de um estudo exploratório com entrevistas orientadas por um formulário contendo questões semiestruturadas. Em cada vila, um ator chave foi entrevistado, geralmente um morador indicado por terceiros, por conhecer a história local e as suas dinâmicas, sendo, portanto, considerado uma referência. No total, 346 pessoas foram entrevistadas, além de técnicos e pesquisadores que atuam na região. Para evitar identificação dos mesmos, utilizamos iniciais maiúsculas segundo códigos criados.

Os principais conteúdos abordados nas entrevistas foram: identificação individual, histórico da vila, demografia, infraestrutura e serviços, acesso à terra, recursos naturais, atividades econômicas, organização social, festejos, apreciação sobre a vila e sobre a dendeicultura. Especial enfoque foi dado às questões que trataram das expectativas sobre as vantagens e desvantagens quanto ao cultivo do dendê nos arredores das vilas. Por expectativas, compreendemos o que foi esperado pelos entrevistados a partir de informações veiculadas por meio de fontes formais e informais e do quadro institucional e político no período anterior a esta pesquisa, ou seja, até 2015.

Na sistematização dos dados, analisamos as características gerais das condições de moradia na vila e nas residências. Para as expectativas, utilizamos a tipologia de Ribeiro, Mota, Alves (2017) cujo critério de agrupamento foi a relação de parte de moradores com a dendeicultura nas 346 vilas visitadas, quais sejam: Tipo I – vilas que têm trabalhadores assalariados (144 vilas, 42% do total); Tipo II – vilas que têm agricultores integrados (33 vilas, 10%); Tipo III – vilas que têm agricultores integrados e trabalhadores assalariados (52 vilas, 15%); e Tipo IV – vilas cujos moradores não têm relação direta com a dendeicultura (117 vilas, 33%). A partir da tipologia, analisamos as expectativas dos entrevistados sobre vantagens e desvantagens da dendeicultura com foco na geração de emprego e renda, e na avaliação sobre as infraestruturas e serviços.

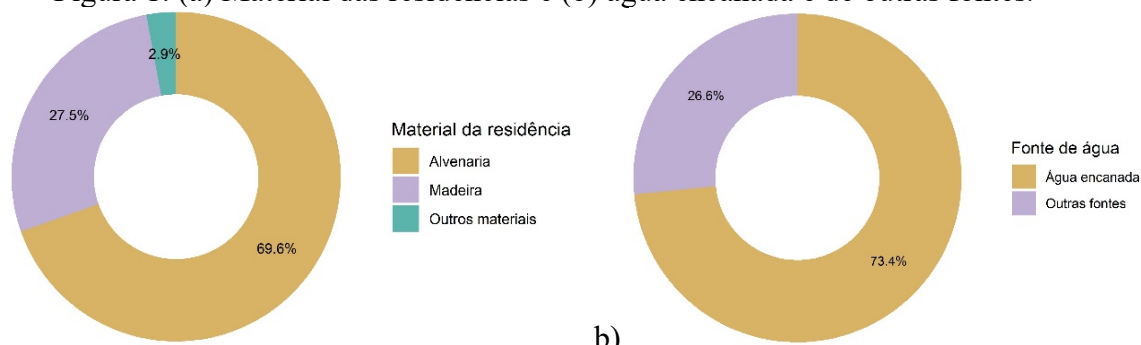
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Condições de moradia e expectativas quanto à dendeicultura

Em se tratando das condições de moradia nas residências e na vila, dos 346 entrevistados, 69,6% têm casas de alvenaria, 27,5% têm casas de madeira, e 2,9% de outros materiais (Figura 1a). Destas, 98,2% têm quintais, parte de um contínuo de áreas cultivadas com diferentes formas e segundo motivações sociais, emocionais, sensoriais e econômicas, na maioria das vezes, sob domínio das mulheres (Murrieta; Winklerprins, 2006). A quase totalidade das residências (96,8%) têm serviço de energia elétrica e 73,4% têm água encanada (Figura 1b).

Muito frequente é o uso de outras fontes de água, com 84% indicando os poços, 78% os igarapés e 26% os rios. Ao consumo humano, juntam-se o lazer nas estruturas construídas com bares e restaurantes nas margens dos igarapés e rios, e as atividades tradicionais, a exemplo da fermentação da mandioca para processamento da apreciada farinha d'água.

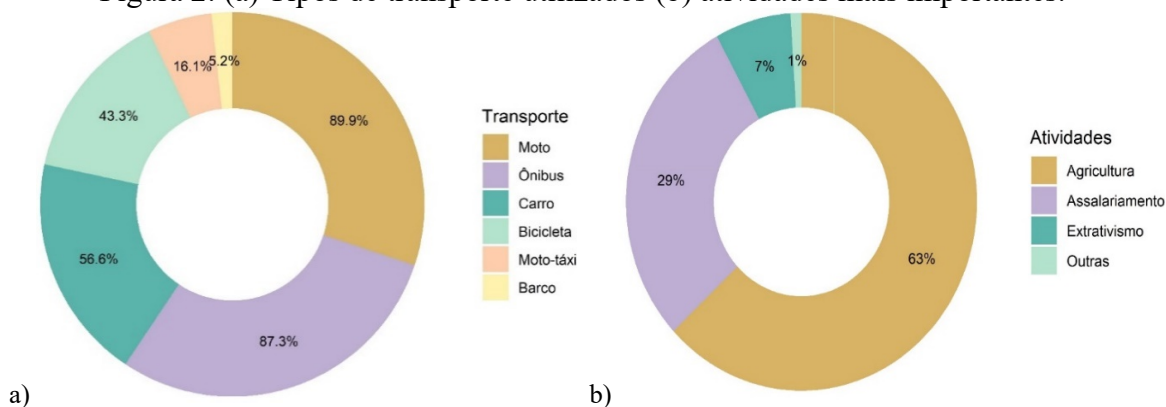
Figura 1: (a) Material das residências e (b) água encanada e de outras fontes.



Fonte: pesquisa de campo.

Nas 346 vilas visitadas, apreendemos que, para 63% dos entrevistados, a principal atividade é a agricultura, em especial cultivos anuais (mandioca, feijão, milho). Destes, 90% têm acesso legal à terra e 10% têm a posse, e somente 19% têm assistência técnica. Vale destacar que essa assistência foi mais frequente para aqueles que detinham contratos de integração com a dendeicultura. Para 29%, a principal atividade é o assalariamento (agroindústrias de dendê, comércio, construção civil e serviço público). Para 7%, é o extrativismo vegetal e animal (açai e pesca) com 42% indicando a existência de floresta nativa e 54% a de capoeirão (Figura 2a). Os demais destacaram pequenos comércios de varejo, considerando que 81% das vilas têm mercearia, 72% têm bares, 43% têm borracharia e 27% têm lanchonete. Para as diferentes necessidades fora das vilas, os tipos de transportes mais utilizados são, destacadamente, as motos e ônibus (Figura 2b).

Figura 2: (a) Tipos de transporte utilizados (b) atividades mais importantes.



Fonte: pesquisa de campo (Na Figura “a”, foi possível responder várias opções para a pergunta).

A dedicação à agricultura, com residência de longo termo na vila, reflete numa organização social que privilegia o interconhecimento vivenciado nas infraestruturas de uso coletivo, considerando que 92% das vilas têm igrejas, 82% das vilas têm escolas, 82% têm campos de futebol com times organizados, 61% têm salões comunitários, 56% têm grupos de jovens e 47% têm associações de moradores. Merece destaque que, somente 23% das vilas têm posto de saúde e 2% têm posto policial.

Iniciativas que dependem da ação dos moradores sobressaem em contraste com a frágil ação do Estado. Como tal, as expectativas de moradores das vilas rurais sobre a dendeicultura sofrem influência das condições objetivas e de diferentes narrativas de atores externos e internos, além das experiências recentes decorrentes da expansão da atividade nos arredores de onde vivem no NEP, mas também da participação de membros da família e das vilas nas atividades correlatas à atividade.

Emprego e renda: maior vantagem?

Em documento que detalha as ações de suporte à expansão da dendeicultura, emprego e renda constam como propósitos, inclusive como sinônimo de inclusão social na sua vertente estritamente econômica (Mota *et al.*, 2023). As ações dos grupos de interesse na atividade, nas escalas estadual e municipal, a divulgação e a arregimentação de agricultores para plantar dendê nos seus estabelecimentos, na condição de integrados às agroindústrias, também difundiram a possibilidade de emprego e renda como central. Não é sem razão, pois estudos mostram que, nas regiões produtoras de dendê, há dinamização da economia, mas também intensificação da diferenciação social e desproporcionalidade das relações de poder entre agroindústrias, por um lado, e agricultores e trabalhadores assalariados, por outro. Ademais, a carência de políticas públicas para a agricultura familiar e a crise do sistema de corte e queima foram associadas à demanda de trabalho para os jovens em todas as vilas visitadas. Mesmo assim, as narrativas têm particularidades segundo os depoimentos dos moradores dos diferentes tipos de vilas quando questionados sobre a principal vantagem da dendeicultura.

Nas vilas do Tipo I – vilas com moradores assalariados pela dendeicultura –, 68% dos entrevistados destacaram emprego e renda como a principal vantagem da dendeicultura. No entanto, 20% não identificaram vantagens e os 12% restantes indicaram, como efeitos positivos, a melhoria de infraestruturas, lucro para as empresas, bem-estar das famílias, produto com mercado e outros. As desvantagens se concentram na poluição da água de rios e igarapés, assim como dos solos, para 13%, enquanto 38% não identificaram desvantagens e os demais elencaram como negativo o trabalho penoso, o desmatamento, a venda de terras, as infraestruturas, a violência, as drogas, os animais peçonhentos etc.

Com um número maior de assalariados do que nos demais tipos de vilas, os entrevistados reconhecem que há um aquecimento no comércio local em decorrência de compras por parte dos assalariados, especialmente nos dias que sucedem ao pagamento. Houve aumento de bares, casas noturnas, comércios, oficinas etc., e dinamização do mercado imobiliário com a chegada de migrantes de municípios e de estados vizinhos, que tanto alugam casas e *kitnets* de propriedade dos moradores, como compram terrenos. Dados semelhantes foram encontrados por Ribeiro e Nascimento (2021),

inclusive com a fundação de novos bairros formados somente por trabalhadores assalariados e suas famílias. Ali, vivenciam sociabilidades apartadas dos nativos (Mota, 2022).

Em sintonia com o discurso oficial, emprego e renda são as maiores vantagens para os entrevistados, uma vez que proporcionará o bem-estar das famílias, aumento do consumo de bens duráveis e direitos previdenciários adquiridos pela contratação formal. Não obstante, há também a compreensão de que o trabalho na dendeicultura é penoso e seus benefícios serão para poucos.

A gente ficou motivado, pois nunca tínhamos assinado carteira, nunca tive carteira assinada, a gente achou que isso ia durar muito tempo, a parceria da empresa com os trabalhadores, mas aí foi dificultando muito, o horário de saída daqui pra chegar no dendê, aí lá chegava já com pressão pra trabalhar, daí foi saindo muita gente, pois a gente não conseguia bater a meta de produtividade. Aí foi ficando só os peneirados, só os que ia ficando mesmo, aí quem batia a meta a empresa botava mais meta em cima, e a empresa ia aumentando (R.P.S., 39 anos, morador da vila de Belenzinho no Acará).

Nas percepções sobre as desvantagens, os relatos mais frequentes são os problemas ambientais decorrentes do uso excessivo de agroquímicos, contaminando o solo e a água, prejudicando rios e igarapés, e provocando diminuição de biodiversidade. O tema é tratado por diversos autores (Cruz, 2017; Lees *et al.*, 2015; Nahum; Santos, 2013). A dendeicultura também tem exposto populações indígenas a rápidas transformações no entorno de suas terras e nas atividades diárias em seu território (Damiani *et al.*, 2020). Também consideram desvantagem a chegada de migrantes associada à ingestão de bebidas alcoólicas culminando, assim, na perturbação da ordem pública, tráfico de drogas e até homicídios. Não obstante, não tinham dados concretos sobre o tema e revelavam mais a tentativa de demarcação de diferenças entre os “do lugar” e os “de fora”, conforme usualmente ocorre em situações semelhantes, a exemplo do clássico “Os Estabelecidos e os outsiders” de Elias e Scotson (1965).

Nas vilas do Tipo II – vilas que têm, dentre os seus moradores, agricultores integrados à agroindústria para a produção de dendê –, 33% dos entrevistados tinham expectativa quanto a emprego e renda, mas a diversidade de respostas extrapola a dendeicultura e foca nas condições de produção (mercado de produtos locais, assistência técnica, produção, financiamento, reflorestamento, dentre outros). Ademais, entrevistados destacam a expectativa quanto ao dendê servir a outras gerações, visto que permanece por aproximadamente 25 anos no lote do agricultor. Um agricultor afirmou, inclusive, considerar o dendezal como uma “espécie de herança” para os filhos (A.P.C., 47 anos, morador da vila Água Azul, em Tomé-Açu).

Outras explicações pontuam a decisão pelo cultivo, conforme Gomes, Schmitz e Mota identificaram em um estudo de caso no município de Garrafão:

Além da garantia da comercialização, estima-se o contrato de longa duração com a empresa e a durabilidade da planta, capaz de produzir cachos por até 25 anos, bem como a satisfação com o fato de a colheita acontecer quinzenalmente, na safra e na entressafra. [...] eles valorizam o fluxo contínuo de dinheiro e, sobretudo, baseiam suas expectativas no aumento



dos cachos, para que lhes permita desfrutar de fato da segurança de venda durante todo o ano e por um extenso período de tempo. Alguns assinaram o contrato, aliás, almejando o sustento futuro de seus filhos, como uma forma de herança, com o desejo de que estes se tornem os responsáveis pelo dendezal à medida que eles, os pais, envelheçam (2021, p. 313-314).

Quanto às desvantagens, 42% não informaram. Dentre os que se pronunciaram, 58% evidenciaram que há preocupação quanto ao aumento do trabalho porque temiam ficar impossibilitados de fazer atividades agrícolas e não agrícolas. De modo mais pulverizado, constam como desvantagens o uso da terra com dendê no estabelecimento e, conseqüentemente, a diminuição de áreas para o plantio de culturas alimentares, principalmente de mandioca que é a base da alimentação paraense, e tendência para a especialização do cultivo (Mota; Ribeiro; Schmitz, 2019).

Nas vilas do Tipo III – vilas que têm moradores que são agricultores integrados e trabalhadores assalariados na dendeicultura –, para 57% dos entrevistados a vantagem da dendeicultura é emprego e renda, reflorestamento, financiamento, assistência técnica, dentre outras. Entretanto, é nesse grupo que se encontra a maior diversidade de desvantagens da dendeicultura, pois 30% indicam a poluição de águas e solo, e os demais se dividem entre desmatamento, aumento do preço da farinha, assistência técnica inadequada, evasão de dinheiro, venda de terras, monocultura, dentre outros.

Nos quatro tipos de vilas, os entrevistados especificam as desvantagens relacionadas ao uso excessivo de agroquímicos, apontada como ameaça ao meio ambiente e aos moradores das vilas. O tema consta em vários relatos dos entrevistados.

Os igarapés secando e poluídos, depredação das estradas, venenos do dendê estão matando o roçado, poluição química, não há segurança no trabalho, terras ressecadas, desmatamento, nenhuma infraestrutura para vila, tem gente que não quer trabalhar, venda de áreas dos agricultores, pouca terra para comunidade (N.S, 53 anos, Agricultor do município de Concordia/PA).

Tenho medo do veneno, pois as moças que trabalham e até um ex-funcionário falam que o veneno é muito forte, cheiro muito forte e quem aplica chega a passar mal, até desmaiar. Esse ano começaram a aplicar o veneno e os membros da comunidade estão preocupados com água depois que as chuvas vierem. A roupa é sempre lavada, tira a roupa e lava. Tomam banho com sabão especial (N.C.M, 41 anos, Nova Canãa, Tomé Açú/PA).

A assistência técnica aparece tanto como vantagem quanto desvantagem. No primeiro caso, é atribuída por ser, para muitos agricultores, a única assistência que vão poder receber. Ao mesmo tempo, alguns a consideram como desvantagem, pois é voltada somente para o monocultivo de dendê e algumas vezes é considerada inadequada porque se preocupa com aspectos muitos pontuais, a exemplo da produtividade ou do peso da produção para a entrega à agroindústria.

Um conjunto de questões associadas a desvantagens permeia as inquietações daqueles que cultivam dendê, quer seja pela falta de conhecimento dos riscos financeiros, quer seja pela falta de remuneração financeira com o prometido pelas empresas. Os entrevistados alegam que o preço do dendê é baixo e o frete para levar o fruto colhido até a empresa é alto. Importante ressaltar que os

agricultores têm contrato com diferentes empresas, portanto, sujeitos a diversos acordos que, no geral, não os agradam.

Há também risco de insegurança alimentar, pois o dendê ocupa uma mesma área por até 25 anos e, em muitos casos, não é permitido diversificar a produção na área do plantio de dendê. Por outro lado, analistas indicam que, paralelamente ao cultivo de dendê, houve redução do cultivo de mandioca em Mocajuba, conforme indicado por Piraux e Cuenin (2019).

Apesar de ser percebido como uma vantagem, o dendê como reflorestamento é tema de discussão. Chazdon *et al.* (2016) exemplificam que, em alguns lugares da Ásia, ocorreu o desmatamento legal de áreas de floresta natural para o monocultivo de dendê, sem interferência da fiscalização ambiental, pois era considerado uma floresta. Os autores também destacam que é frágil a definição sobre reflorestamento que utiliza somente os atributos físicos das espécies usadas sem levar em consideração a diversidade ambiental e outros fatores. Tavares e Mota (2023) destacam que o dendê por ocupar áreas antropizadas, como pasto, foi considerado como reflorestamento por parte dos seus entrevistados. Porém, é uma espécie exótica, o que não condiz com a legislação estadual do Pará (Lei Nº 6.462/02), a qual institui que o reflorestamento deve ser prioritariamente com espécies nativas, usando o bioma original como referência.

Nas vilas do Tipo IV – vilas com moradores sem relação direta com a dendeicultura –, encontramos as que, apesar de não terem uma relação direta através do assalariamento ou da integração de seus moradores à cadeia produtiva do dendê, estão inseridas em municípios onde a dendeicultura está presente, sendo influenciadas de maneira indireta. Mesmo assim, emprego e renda constam como principais vantagens para 18% dos entrevistados e 78% não souberam informar. Como desvantagem, apontam a destinação de grandes áreas para os monocultivos, a poluição de águas e solos, e a ocupação da área plantada por muito tempo.

Estudo em um assentamento no município de Acará explicita os efeitos da dendeicultura:

Contudo, ainda que esses agricultores não tenham aderido ao cultivo de dendê, os efeitos desse tipo de cultura apresentam-se das mais variadas formas no igarapé Ipitanga, o qual banha as comunidades do assentamento e deságua no rio Acará. Os relatos dão conta da importância desse recurso hídrico para a mobilidade das pessoas, mas, com a chegada do grande empreendimento, mudou-se até mesmo a distribuição das casas, que antes eram voltadas para o igarapé, assim como a relação da localidade com a sede do município de Acará, pois o emaranhado de estradas construídas para atender o tráfego dos caminhões que transportam as amêndoas facilitou o acesso, tornando as viagens mais rápidas. Além disso, as estradas interligaram os povoados e comunidades a outros municípios, especialmente ao município de Tomé Açu, distante cerca de 45km da localidade, mas cuja infraestrutura tem atraído os municípios do Acará (Costa; Teles, 2022, p. 400).

De modo mais contundente, Sousa (2019) registrou que na comunidade de Conceição do Guajará, em Bujaru, houve desterritorializações material e simbólica do patrimônio da comunidade com a desativação de infraestruturas utilizadas por uma comunidade, em decorrência do cercamento pelos plantios de dendê.

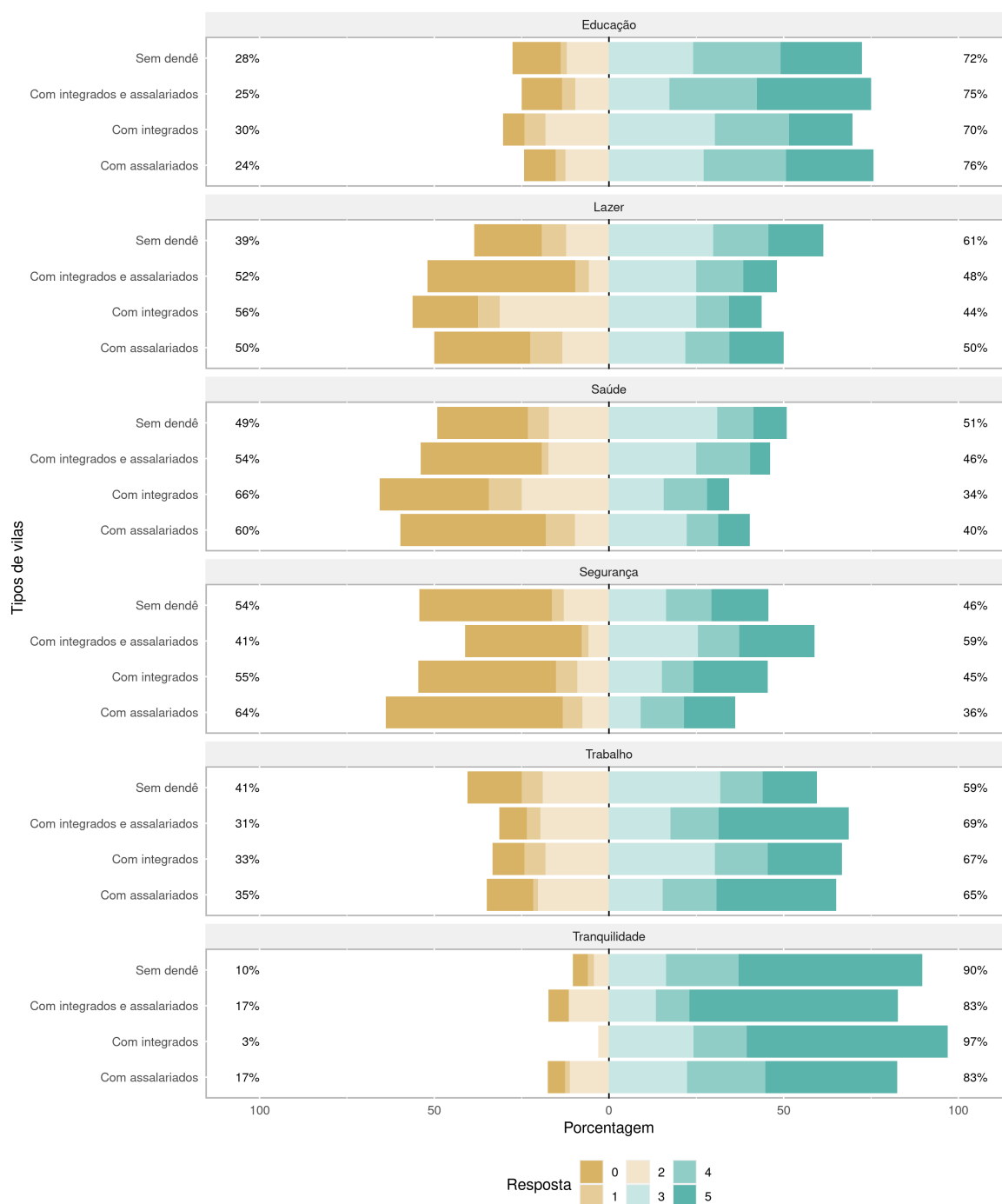
Por fim, constatamos que as percepções quanto às vantagens e desvantagens que os moradores das vilas rurais têm sobre a dendeicultura se assemelham quanto à expectativa de geração de emprego e renda. No entanto, os moradores das vilas que têm uma relação direta com a cultura do dendê, seja através da integração ou/e assalariamento, mostraram-se com uma percepção mais crítica tanto para as vantagens quanto para as desvantagens, porque já vivenciam contrastes entre expectativas e realizações.

#### Infraestruturas das vilas rurais: somente promessas?

A expectativa sobre a possibilidade de melhoria de infraestruturas é recorrente nas falas dos entrevistados quanto à manutenção das estradas e ramais para facilitar o transporte da produção e o fluxo de pessoas, além de influenciar a chegada da energia elétrica para algumas vilas. Em destaque, expectativas também quanto à educação, lazer, saúde, segurança, trabalho, tranquilidade, dentre outros. Não encontramos registro nos documentos que detalham a política quanto a infraestruturas, com exceção do Protocolo de Intenções, cuja palavra-chave nos objetivos é “apoiar”.

Para qualificar as percepções sobre as infraestruturas existentes, operamos com a atribuição de notas que podem assumir os valores discretos entre 0 e 5. Agrupamos as diferentes categorias de infraestrutura segundo os tipos de vila e notas atribuídas no momento da pesquisa (Figura 3). Os percentuais no interior do gráfico correspondem à ocorrência de notas negativas entre 0 e 2, e positivas entre 3 e 5. Por exemplo, para a categoria educação, as vilas com assalariados apresentaram o maior percentual de avaliações positivas (78%), quando comparado com os demais tipos de vilas.

Figura 3: Gráfico do tipo Likert para as variáveis relacionadas ao aspecto “apreciação da vila”, agrupados por tipo de vila.



Fonte: gráfico de elaboração própria, com base em pesquisa de campo.

## Educação

Os dados mostram que há semelhanças entre os quatro tipos de vilas da tipologia para a variável educação porque mais de 70% dos entrevistados atribuíram notas entre 3 e 5, sem a observância de disparidade entre os diferentes tipos. Essa alta expectativa pode estar relacionada à existência de escolas nas vilas rurais. Das 346 vilas visitadas, 18% (62) não tinham escolas; 74,2% (257) tinham escola de nível fundamental; e somente 7,8% (27) tinham escolas de nível médio. Para

suprir a lacuna, muitas famílias investem na locomoção diária dos filhos para os centros urbanos, para a conclusão dos estudos. É frequente também a residência com familiares.

## Lazer

Em se tratando do lazer, as notas são mais baixas, especialmente nas vilas que têm moradores com contrato de integração (Tipo II) e assalariados e integrados (Tipo III). Houve indicativo de que as opções de lazer não estão disponíveis, especialmente para os jovens. Para os assalariados na dendeicultura, o lazer é afetado pela indisponibilidade de tempo, visto que essas pessoas acordam muito cedo para pegar a condução para o local de trabalho e retornam somente no início da noite, não restando tempo e condições físicas para o lazer em família e em comunidade. Os dias sem trabalho são para descanso.

O pessoal empregado nas firmas, acorda 3 horas da manhã por que o ônibus da empresa vem pegar as 4 horas para levar para o plantio do dendê, onde fica de sol a sol, muitas vezes sem acesso a água, carregando toneladas de dendê e só chega em casa as 17 horas (W.G., 35 anos, morador do município de Moju).

A gente trabalha de domingo a domingo, a gente trabalhava no natal, trabalhava no círio, aí quer dizer que depois que saiu... eu saí também muito por causa disso aí né? A gente não tinha esse tempo para o lazer, às vezes a gente queria ir lá na casa da mãe dela lá e não podia porque lá em Belém entendeu? (D.C.S, 33 anos, morador da vila de Belenzinho no Acará).

Em seu estudo sobre sociabilidades em uma vila nas circunvizinhanças da dendeicultura, Costa (2020) afirma que o lazer foi muito ligado às igrejas, aos campos de futebol e aos bares com igarapés, constatações também de Mota (2022). Para a última, em todos estes espaços, as relações são bastante hierarquizadas e sustentadas por laços de parentesco e de vizinhança. Tais condições apartam ou dificultam a participação dos migrantes.

## Saúde

Situação crítica segundo os entrevistados são as infraestruturas de saúde, com predomínio de notas negativas em três tipos de vilas. Há contraste entre a existência de postos de saúde, pois, das 346 vilas, 77% (268) não apresentavam nenhuma infraestrutura relacionada à saúde. Além disso, a frequência de médicos e a disponibilidade de medicamentos para o atendimento sempre foi elencada como precária. As notas relacionadas à saúde foram menores em vilas rurais, cujos moradores tinham relação com a dendeicultura, motivo que pode estar relacionado ao aumento de moradores em busca de trabalho em algumas vilas, desmantelando o serviço público de saúde por meio da maior procura.

## Trabalho

Em se tratando do trabalho, as notas são mais altas nas vilas cujos moradores têm algum tipo de relação com a dendeicultura. Não há dúvida de que a atividade impulsionou o mercado de trabalho

com empregos regulares, especialmente para homens. Ribeiro (2023), por meio de pesquisa no site da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), demonstra que, para o município do Acará, um dos epicentros da dendeicultura, o número de empregos gerados na agricultura a partir de 2008 saiu de aproximadamente 100 empregos para 600, em 2009. Em 2021, o número era de aproximadamente 1200, sendo quase todos na dendeicultura. No entanto, o cenário trabalhista pós reforma de 2017 é de alta rotatividade e perda de direitos. As empresas de dendê têm a capacidade de gerar trabalho e renda para os moradores, especialmente, de vilas rurais locais mais próximas aos monocultivos ou naquelas que têm agricultores com contrato de integração.

### Segurança e tranquilidade

Curiosamente, segurança e tranquilidade têm padrão de notas bem distinto. A segurança desponta com as piores notas do conjunto de indicadores do gráfico e, apenas em um caso (Vilas Tipo III: com integrados e assalariados), 59% dos entrevistados atribuíram notas positivas. Das 346 vilas visitadas, apenas 2% (7) tinham postos policiais. Um total de 64% dos entrevistados atribuiu notas menores do que 3 nas vilas com assalariados. Ou seja, a relação que entrevistados fazem entre assalariados migrantes e maior violência repercutiu nas notas atribuídas. A constatação também foi destacada por Costa (2022) e por Sampaio (2018), nas suas pesquisas, na região produtora de dendê do Pará.

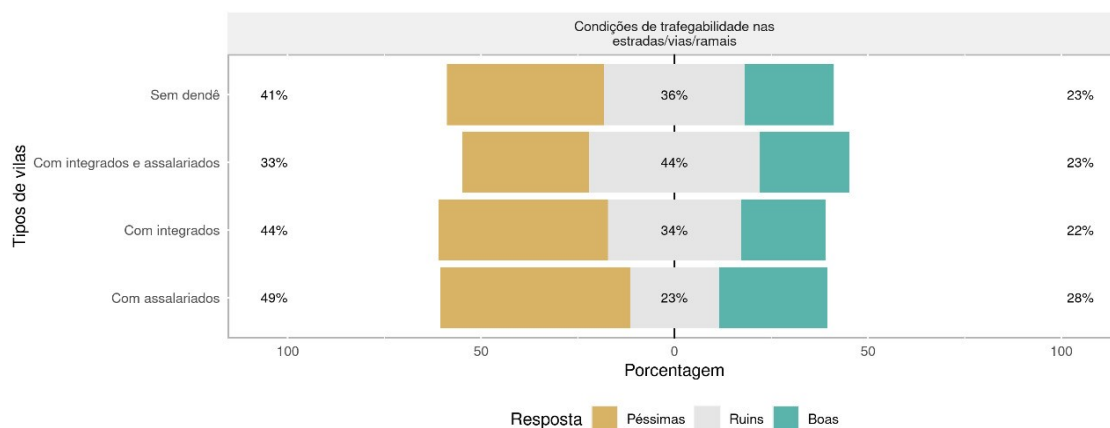
Não obstante, essa nota merece reflexão considerando as notas dadas à tranquilidade das vilas, indicador com melhores notas, inclusive nas vilas que têm assalariados com 83%, atribuindo nota maior ou igual a 3. Analisamos que a segurança estaria relacionada à existência de aparatos de segurança como policiamento. No caso da tranquilidade, é pouco barulho, pouco movimento e “paz”, segundo um entrevistado, pois sempre comparavam com a agitação das cidades.

Apesar de não possuir diferença significativa, observamos que as notas negativas (0-2) estão relacionadas à segurança, principalmente nas vilas do tipo II e tipo III (integrados e assalariados), e as notas positivas (3-5) estão relacionadas ao fator trabalho e tranquilidade. O trabalho, como já mencionado anteriormente, é a maior vantagem percebida pelos moradores das vilas.

### Estradas e trafegabilidade

Ademais, os entrevistados também avaliaram as condições das estradas/vias/ramais que dão acesso às suas vilas rurais, qualificando essas entre boas, ruins e péssimas, conforme exposto na Figura 4.

Figura 4: Gráfico do tipo Likert para as variáveis relacionadas a estradas/vias/ramais, agrupados por tipo de vila.



Fonte: pesquisa de campo.

De acordo com a percepção desses moradores, não há diferença significativa na condição das estradas/vias/ramais entre as vilas que têm influência direta daquelas de influência indireta da dendeicultura. Para uma pequena maioria, essas estavam entre ruim e péssimas. Porém, era comum a classificação das estradas como boas, levando em consideração que se podia trafegar, e, quando as classificavam entre ruins e péssimas, era porque o tráfego estava comprometido, especialmente nas épocas de chuva. O comprometimento das estradas impede o escoamento dos produtos da agricultura e do extrativismo, assim como o acesso a serviços nos centros urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos moradores, as principais atividades por ordem de importância são: a agricultura, o assalariamento, o extrativismo vegetal e animal e os pequenos comércios varejistas. Membros de uma sociedade de interconhecimento, as relações são mais pronunciadas nas igrejas, nos campos de futebol com times organizados, nos salões comunitários e nas associações de moradores. A ausência do Estado se mostra nos serviços de saúde, estradas, lazer e segurança.

As expectativas dos moradores das vilas são constituídas por vantagens e desvantagens explicitadas quanto à dendeicultura nos quatro diferentes tipos de vilas visitadas. Em qualquer um dos tipos, a possibilidade de emprego e renda regular predomina como a maior vantagem. Concluímos que tal indicação decorre da escassez de oferta de postos assalariados formais no espaço rural e das dificuldades de comercialização dos agricultores na Amazônia (distâncias, preço). Para além, destacou-se a busca do assalariamento como uma maneira de equilibrar a economia doméstica e a reprodução social das famílias.

A segunda vantagem indicada também coincide para todos os entrevistados nos quatro tipos de vilas e se refere a infraestruturas. Contudo, vale salientar que havia também uma expectativa quanto à melhoria dos serviços de saúde, educação e estrada associada ao tráfego dos caminhões para transportar o dendê. Essa última muito requisitada pelas pessoas que residem no campo e que

dependem de longas distâncias e transportes irregulares para resolver questões nas cidades. Para o caso em particular, entretanto, havia a expectativa de que as empresas em parceria com as prefeituras dotariam infraestruturas e serviços, o que não ocorreu e gerou frustração e sensação de promessa não cumprida.

As maiores distinções, entretanto, advêm das desvantagens. Todos os grupos que têm relação direta com a dendeicultura indicam, como a maior desvantagem, a questão ambiental (impactos sobre os rios, igarapés, fertilidade do solo, fauna e flora). Apenas o grupo que não tem relação direta diverge e aponta a “exigência de muita terra”, ou seja, a ocupação de muita área para apenas uma cultura. Secundariamente, o peso do trabalho (assalariado ou familiar) é destacado em dois grupos. Nos demais, a ausência de infraestruturas e a questão ambiental são apontadas. No terceiro lugar, a questão da terra coincide em três grupos, quer seja sob o ponto de vista da concentração nas mãos das empresas, da grande ocupação na área do agricultor, que seja pela questão do monocultivo. A questão vem sempre em conjunto com a ameaça à segurança alimentar porque a diminuição de áreas e aumento do trabalho implicam menor tempo para as roças, portanto a ruptura de uma tradição. Em jogo, é possível observar a preocupação com a persistência enquanto agricultor, sinônimo de autonomia.

Constatamos diferenças entre as vilas para as variáveis percentual de casas de alvenaria, percentual de casas de madeira, número de templos evangélicos, número de salões comunitários e número de borracharias. No entanto, não é possível estabelecer uma relação causal entre essas diferenças e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da dendeicultura na região.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração dos colegas pesquisadores Liza Castelo Branco e Marcos Aurélio Santos da Silva, da Universidade Federal do Pará-UFPA, e dos Sindicatos Rurais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Nordeste paraense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. Texto exp. na Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2), Londrina/PR, 22 a 27.07.2007. Disponível em: [https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/biodiesel\\_aiea2\\_portugues](https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/biodiesel_aiea2_portugues). Acesso em: 3 set. 2022.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análises e recomendações. *Infobrief*, n. 207, p. 1-6, mar. 2018. Disponível em: [https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf\\_files/infobrief/6849-infobrief.pdf](https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf_files/infobrief/6849-infobrief.pdf). Acesso em: 22 out. 2023.



BRASIL. *Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2011. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/Biodiesel\\_Book\\_final\\_Low\\_Completo.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf). Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. *Decreto nº. 7.172, de 7 de maio de 2010*. Aprova o zoneamento agroecológico da cultura da palma de óleo e dispõe sobre o estabelecimento pelo Conselho Monetário Nacional de normas referentes às operações de financiamento ao segmento da palma de óleo, nos termos do zoneamento. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7172.htm). Acesso em: 4 jan. 2024.

CHAZDON, R. L. *et al.* When is a forest a forest? Forest concepts and definitions in the era of forest and landscape restoration. *Ambio*, v. 45, n. 5, p. 538–550, set. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26961011/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA, R. de J. “*Um conhecido estranho*”: transformações no lugar de morada e nas relações de sociabilidade sob influência da dendeicultura na vila Forquilha, Tomé-Açu/Pará. 2020. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14859>. Acesso em: 6 maio.2024.

CRUZ, R. H. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia paraense: uso de agrotóxicos. *Revista GeoAmazônia*, Belém, v. 5, n. 10, p. 86-109, 2017.

DAMIANI, S. *et al.* “Ficou só Chão e Céu”: Dendeicultura e Impactos Socioambientais sobre Território Tembê na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/i/2020.v23/>. Acesso em 6 maio.2024.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 1965

FORO DA COSTA, D. M.; TELES, E. As veias abertas pelo dendê: efeitos e implicações no Assentamento Nazaré, Acará-Pará. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 2, p. 386-406, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.746. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/746>. Acesso em: 3 maio. 2024.

GOMES, D.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. AGRICULTORES FAMILIARES, AGROINDÚSTRIAS DE DENDÊ E A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 83, p. 301–320, 2021. DOI: 10.14393/RCG228356546. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/56546>. Acesso em: 3 maio. 2024.

LEES, A. C. *et al.* Poor prospects for avian biodiversity in Amazonian oil palm. *Plos One*, v. 10, n. 5, 2015. Acesso em: Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4425670/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MOTA, D. M. da. Sociabilidades entrecortadas em vilas rurais sob o afluxo de migrantes para trabalhar na dendeicultura no Pará. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campinas, v. 42, n. Especial, p. 489–506, 2022. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/803>. Acesso em: 27 abr. 2024

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L. B.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 531-552, ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/Mk4DTFN8mQscZNLtNnxrxHN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; MOURÃO JUNIOR, M. Oil palm cultivation in the Brazilian Amazon: state actions, interest groups and conflict. In: BONANNO, A.; CAVALCANTI, J. S. B. (org.). *State capitalism under neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019. v. 1, p. 93-112.

MOTA, D. M.; BALSADI, O. V.; MOURÃO JÚNIOR, M. Transformações na estrutura ocupacional do Norte do Brasil com foco na dendeicultura. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campinas, v. 39, n. 2, p. 289-312, dez. 2019. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/111/98>. Acesso em: 12 set. 2023.

MOTA, D. M. *et al.* Entre o discurso e as evidências na dendeicultura: inclusão social e agricultores familiares na Amazônia Oriental. *Revista de Antropologia*, Belém, v. 15, n. 2, p. 305-330, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v15i2.13102>. Acesso em: 8 abr. 2024.

MÜLLER, A. A.; ALVES, R. M. *A dendeicultura na Amazônia brasileira*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 97). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57607/1/CPATU-Doc91.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MURRIETA, R. S. S.; WINKLER-PRINS, A. M. G. A. Eu adoro flores!: Gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, baixo Amazonas, Brasil. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 277-294.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. dos. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/1953/1252>. Acesso em: 13 ago. 2022.

NORWANA, A. A. B. D. *et al.* *The local impacts of oil palm expansion in Malaysia: an assessment based on a case study in Sabah State*. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2011. (Working Paper 78).

PACHECO, P. *et al.* *The palm oil global value chain: Implications for economic growth and social and environmental sustainability*. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2017. (Working Paper 220). Disponível em: [https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf\\_files/WPapers/WP220Pacheco.pdf](https://www.cifor-icraf.org/publications/pdf_files/WPapers/WP220Pacheco.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

PARÁ. *Protocolo de intenções socioambiental da Palma de óleo*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2014. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/protocolo-socioambiental-2/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PIRAUX, M; CUENIN, P. H. C. M. Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p.101-117, set-dez.2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.14120>. Acesso em: 6 maio. 2024

RIBEIRO, L. B. *O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais paraense*. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: [https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13397/1/Dissertacao\\_TrabalhoInfluenciaDendeicultura.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/13397/1/Dissertacao_TrabalhoInfluenciaDendeicultura.pdf). Acesso em: 24 jan. 2023.

RIBEIRO, L. B.; NASCIMENTO, D. A. S. do. Ruralidade imposta pela produção de uma commodity em vila rural no Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém. *Anais...* Belém: Universidade federal do Pará, 2021. Disponível em: [https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YT0yOntzOjY6InBhemFtcyI7czozND0iYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUjO3M6MT0iNCI7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOiJhZDczMzdiOWU5ZDk0YTQ1OGQ4ODA0NGQ2MTY4NDIjMiI7fQ%3D%3D&ID\\_ATIVIDADE=4](https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YT0yOntzOjY6InBhemFtcyI7czozND0iYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUjO3M6MT0iNCI7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOiJhZDczMzdiOWU5ZDk0YTQ1OGQ4ODA0NGQ2MTY4NDIjMiI7fQ%3D%3D&ID_ATIVIDADE=4). Acesso em: 4 dez. 2022.

RIBEIRO, L.B. *O cotidiano de trabalhadores rurais pós-trabalho assalariado na dendeicultura no município do Acará/Nordeste Paraense*. Belém, 2023. 164. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

SAMPAIO, I. C. *A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar*. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2360946](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2360946). Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, P. E.; MAGALHÃES B. S.; FARIAS, S. L. A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária*, Edição especial, p. 165-195, jun., 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30699/18931>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SOUSA, R. B. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 22, n. 49, p. 244-270, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6004/4915>. Acesso em: 5 mai. 2022.

TAVARES, P. I. D. E.; MOTA, D. M. Dendê é reflorestamento? Percepção de agricultores integrados à agroindústria do dendê na Amazônia Oriental. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, Grajaú, MA, p. e202316, out. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/18821/12069>. Acesso em: 22 jun. 2023.